



Colégio Agrícola Estadual de Umuarama
Fazenda Agrotécnica Federal Estrada da Paca
s/n -CEP:87.507-190 Fone/Fax: (44) 3639-2479
Umuarama - Paraná.



PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

COLÉGIO AGRICOLA ESTADUAL DE UMUARAMA

Umuarama, 2011

SUMÁRIO

1- Apresentação.....	3
2 - Identificação.....	4
2.1 – Histórico da Instituição.....	6
3 - Objetivos Gerais:	9
4 – Marco Situacional:	10
5 – Marco Conceitual.....	17
6 – Marco Operacional.....	25
7. Avaliação Institucional do Projeto Político-Pedagógico.....	30
8 – Referências Bibliográficas.....	31

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é o resultado da elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico do COLÉGIO AGRÍCOLA ESTADUAL DE UMUARAMA, realizados pela comunidade escolar, construído a partir de estudos e reflexões, da realidade em que vivemos e quais elementos e espaço precisamos nos apropriar à construção de uma sociedade mais justa.

Tendo como princípio a transformação da realidade, a escola que é uma instituição criada para socializar e contextualizar os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, precisa compreender as contradições histórico/econômica/social, injusta e excludente e, conseqüentemente suas formas de manifestação na escola e que dão a possibilidade da construção de uma nova forma de relação social, onde não exista excluídos e privilegiados da produção humana.

Nesta perspectiva a escola não tem um fim em si mesmo, ela tem a finalidade, tendo por referência as Diretrizes Curriculares Estaduais, proporcionar instrumentos voltados para o processo de ensino-aprendizagem dos conhecimentos historicamente acumulados, que compõe o seu Currículo e, possam contribuir para a formação dos cidadãos, de uma sociedade que busca a promoção da emancipação do ser humano.

Assim, somente através de um trabalho participativo, democrático, profissional, onde cada membro da comunidade escolar cumpra com suas atribuições, conforme assumidas perante a mantenedora, APMF e Conselho Escolar, e entre os demais órgãos colegiados, é que atingiremos nossos objetivos comuns, que se sintetiza em uma educação de qualidade para todos que fazem parte da comunidade escolar do Colégio Agrícola Estadual de Umuarama-CAEU. A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico se apresenta então, como espaço privilegiado para a concretização destes objetivos que se sintetizam no sonho de uma escola pública, democrática e de qualidade para todos.

2. IDENTIFICAÇÃO

Denominação da Instituição Colégio Agrícola Estadual de Umuarama	Código 01555
--	------------------------

Endereço Estrada da Paca s/n, Fazenda Agrotécnica Federal

Município Umuarama	Código 2830	NRE Umuarama	Código 28
------------------------------	-----------------------	------------------------	---------------------

CEP 87.507 - 190	Caixa Postal -----	DDD 044	Telefone 3639 - 2479
----------------------------	------------------------------	-------------------	--------------------------------

Fax (44)3639 2479	E-mail umrcolagricola@seed.pr.gov.br	Site www.umrcolagricola.seed.pr.gov.br
-----------------------------	--	--

Dependência Administrativa Estadual	Entidade Mantenedora SEED	CGC/MF 76.416.965/0001-21
---	-------------------------------------	-------------------------------------

Ato de Autorização Res. 950/06	Ato Administrativo de Aprovação do Regimento Escolar Ato: 0198/08
Ato de Reconhecimento Res: 5386/08	

Localização: Zona Rural	Distância do NRE: 07 km
-----------------------------------	-----------------------------------

Modalidade de Ensino: **Ensino Médio Integrado – Técnico em Agropecuária - Integral**

Número de Alunos: **105 (expansão gradativa)**

Número de Professores: 19	
Aline Marimatsu Correia	Física
Andreia Aparecida Ferreira da Silva	Biologia, Fundamentos Agroecologia
Carlos Roberto M. M. Soares	Agronomia
Ciele Garcia Stevanelli	Educação Física
Danila Zago	Química, Administração, Agroindustria
Everaldo Burola França	Química
Fabiana Gonçalves Delfim Vieira	Historia
Joselaine Lino Giroto	Arte
Leila Alves de Oliveira	Veterinaria
Marlei de Fatima Tavares	LEM-Ingles

Merielen Esteves Bortolato	Matemática
Nielsen Aparecido Hamann da Silva	Agronomia
Patricia Justina da Rocha	Biologia
Rosangela Aparecida Garcia	Língua Portuguesa
Rosangela Aparecida B. Pereira	Sociologia
Rosimeire Rodrigues dos Santos	Geografia
Wanilde de Souza Simões de Oliveira	Filosofia
Clemerson dos Santos Silva	Prof laboratorista informática

Número de Pedagogos: 01	
Maria Selma Vieira Juliani	Padagogia

Número de Coordenadoras: 02	
Leila Alves de Oliveira	Coordenador de Curso
Danila Zago	Coordenadora de Estágio

Número de Diretores: 03	
Direção geral: Ana Paula Rogerio	Matemática
Direção Auxiliar Pedagógica Luiz Carlos dos Reis	Pedagogia/Tecnologia em Meio Ambiente
Direção Auxiliar de UDP Ricardo Teixeira Andre	Engenharia Agrônômica

Número de Funcionários: 18
Adenilce Francisco de Farias
Anderson Costa de Oliveira
Cícero Carneiro
Cristina Fumie Harigaya
Dieisson Luiz Gonçalves
Bernardo Gonçalves
Luiza de Fátima Vicentini
Luiz Jose Grossi
Maria Aparecida Teixeira Mariani
Maria Dilza Matias de Oliveira
Maria Eunice Pereira Frota
Maria Lucia da Silva Gonçalves
Mauro Gomes da Silva
Rolph Luiz Pereira de Oliveira
Sergio de Oliveira Vilela
Silvio de Carvalho
Vilma Moscardini

Número de Turmas: **03**

Número de salas: **03**

Ambientes Pedagógicos:
Biblioteca- improvisada
Laboratórios de: Informática;
Agroindústria - improvisada
UDP (Unidade Didático Produtiva

Turno de Funcionamento: Integral (6)

Organização Escolar: **Disciplinar**

2.1. Histórico da Instituição

A política educacional implementada na Reforma dos anos 90, repercutiu de forma drástica no direcionamento da oferta da Educação Profissional no Estado do Paraná nos últimos anos. Esta situação interrompeu a implantação da “Escola Agrotécnica Federal”, prevista para o município de Umuarama na ocasião.

Evidencia-se neste processo os resultados de um empenho dos vários seguimentos da sociedade umuaramense que, há 10 (dez) anos aproximadamente, através de colaboração voluntária (campanhas, organização de comissões, etc.) conseguiu adquirir um terreno de 65 (sessenta e cinco) alqueires, bem localizado. Esse terreno foi doado para o Município de Umuarama e posteriormente ao Governo Federal que, através do Ministério da Educação e Cultura, em contrapartida construiu toda a infra-estrutura necessária para o funcionamento dessa modalidade de ensino. No entanto as políticas de governos, federal e estadual nos anos subsequentes, em suas ações não contemplaram a autorização e o funcionamento da referida escola, momento cujo Ministério da Educação e Cultura, cedeu então o espaço geográfico e as instalações para que a prefeitura municipal de Umuarama zelasse.

Salienta-se que na gestão (2003 – 2006) o Governo do Estado do Paraná, e a Secretaria de Estado da Educação assumiram a Educação Profissional em nível Técnico como responsabilidade pública e gratuita, contemplando uma grande demanda de pessoas,

promovendo a cidadania e o ingresso no mundo do trabalho, de forma a atender as exigências atuais.

Na Proposta de Expansão da Educação Profissional na Rede Pública do Estado do Paraná, o Município de Umuarama foi contemplado, como pode-se constatar no Parecer Nº 1086/03, da Câmara de Planejamento e Ensino Médio do Conselho Estadual de Educação aprovado em 18/12/03, a implantação do Colégio Agrícola Estadual de Umuarama a partir de julho de 2004. Esta decisão foi tomada pelo governo, após solicitação do Chefe do NRE – Umuarama, ter demonstrado indicadores regionais de demandas reprimidas e as possibilidades de uso compartilhado da “Escola Agrotécnica Federal” com outras Instituições Públicas Estaduais.

Constata-se que o Colégio Agrícola Estadual de Umuarama desde a sua gênese ideológica, passando pela sua construção física, até chegar a sua institucionalização na Fazenda Agrotécnica Federal, junto com outras diversas Instituições Públicas Estaduais e inclusive organizações privadas é profundamente marcado pela contradição e pelo conflito político partidário e interesses de diferentes vertentes sociais, como a interrupção da implantação por uma política de governo, e também de maneira implícita pela instalação das diversas Instituições e organizações já citadas.

Estas vertentes dividem-se em dois pólos com um objetivo em comum (a construção do Colégio Agrícola), mas com interesses opostos. De um lado ruralistas e empresários que sem medir esforços fazendo inclusive doações, vislumbravam uma escola técnica para a “formação de mão-de-obra especializada,” e porque não dizer, ter o domínio do conhecimento científico e tecnológico aplicado a produção no “Arenito Caiuá,” para atender as necessidades desta “elite” dominante da região, que exploram predominantemente a agricultura e a pecuária. O outro pólo é caracterizado principalmente por pequenos produtores rurais e trabalhadores urbanos, que devidos as grandes mudanças ocorridas, tanto no setor agrícola, quanto no mundo do trabalho em geral, passaram a ter constantemente suas condições de vida ameaçadas, conseqüentemente o interesse desta parcela da população volta-se então para a “melhoria das suas condições de vida,” por meio da educação escolar profissionalizante.

A partir da institucionalização, os conflitos não cessaram, então, a luta da Comunidade Escolar do Colégio Agrícola Estadual de Umuarama-CAEU, passou a ser a busca por espaço físico, salas de aula, área a ser definida para servir de Unidade Didática Produtiva, recursos didáticos como biblioteca principalmente para a parte específica, equipe pedagógica preparada e capacitada (por meio de cursos de formação continuada) para lidar com as exigências formais da modalidade de ensino; alojamentos para educandos, banheiros com chuveiros e vestiários, implementação e adequação da quadra de esportes, local de descanso

nos intervalos para educandos e educadores em geral, laboratórios, cozinha para agroindústria, aumento da cozinha e refeitório atual, servidores para suprir demandas em aberto entre outros.

Entretanto, a maior dificuldade diz respeito ao reconhecimento pelas demais instituições e organizações do espaço físico e ideológico que o Colégio Agrícola pode e deve ocupar na Fazenda Agrotécnica Federal e na sociedade, uma vez que o Colégio Agrícola tem o objetivo de atender os interesses das classes populares, do campo, ou seja, garantir uma educação de qualidade para aqueles que vivem do trabalho.

A esperança da comunidade escolar é que com a regularização do terreno, onde está em funcionamento o CAE-Umuarama, em nome da Administração do Estado do Paraná, no final do ano de 2010, a luta por uma infra-estrutura completa e adequada seja colocada em prática nesse momento, e assim docentes e discentes possam ensinar e aprender melhor, em uma estrutura física apropriada.

3. OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver conhecimentos à comunidade escolar através da gestão democrática e do ensino de qualidade;

Desenvolver o processo ensino aprendizagem levando em consideração os conhecimentos historicamente acumulados e suas articulações com a especificidade local;

Detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimento é necessário dominar, contribuindo assim para formação de sujeitos críticos para o mundo do trabalho;

Desenvolver através de ações didático-pedagógicas a construção conjunta do conhecimento nas dimensões científica, social e histórica;

Construir o conhecimento específico enquanto síntese de múltiplas determinações transformando a prática em concreto pensado;

Desenvolver a prática pedagógica numa perspectiva de superação da dualidade estrutural entre teoria e prática;

- Propiciar a oferta de referenciais teóricos básicos que contribuam para a atuação do indivíduo de forma criativa em situações diversas;

- Desenvolver, através das ações didático-pedagógicas, defesa da identidade do campo seja em nível municipal, regional, estadual e nacional;

- Propiciar experiências e ações voltadas a educação do campo e do desenvolvimento rural sustentável econômica e ambientalmente;

- Realizar eventos, seminários, mesas redondas, visitas a campo, objetivando socializar, difundir e intercambiar políticas públicas, conhecimentos e experiências de educação do campo;

- Desenvolver a educação ambiental de forma interdisciplinar por meio do currículo escolar de forma crítica, transformadora, emancipatória, contínua e permanente em todas as disciplinas do curso técnico integrado em agropecuária do Colégio Agrícola Estadual de Umuarama.

4. MARCO SITUACIONAL

O CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO através da Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio, onde o RELATOR: Francisco Aparecido Cordão, expõe que o Ensino Médio tem se constituído, ao Longo da história da educação brasileira, como o nível de maior complexidade na estruturação de políticas públicas de enfrentamento dos desafios estabelecidos pela sociedade moderna, em decorrência de sua própria natureza enquanto etapa intermediária entre o Ensino Fundamental e a Educação Superior e a particularidade de atender a adolescentes, jovens e adultos em suas diferentes expectativas frente à escolarização. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96), artigo 22, situa o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, sendo a conclusão de um período de escolarização de caráter geral, como parte de uma etapa da escolarização que tem por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.(CEB-jun/2009).

Conforme documento, “Educação Profissional no Paraná: Fundamentos Políticos e Pedagógicos”, SEED/Curitiba/2005, a década de 1990, em nosso país, foi marcada por políticas educacionais que em nada favoreceram a formação humana dos trabalhadores, que frequentavam a escola pública de formação para o trabalho, em sua perspectiva omnilateral, conforme atestam as análises registradas em produções recentes sobre o tema. Nesse sentido, é pela análise do caso paranaense, em particular da Educação Profissional, que se pode verificar, com maior propriedade, como as políticas públicas, queiramos ou não, afetam a realidade escolar, principalmente quando a sua definição se exige do necessário compromisso político com a oferta de uma formação para o trabalho de caráter efetivamente pública e gratuita. Foi assim, que o sistema público de oferta profissionalizante durante o referido período, mais precisamente até 2003, foi reduzido a uma diminuta frente de estabelecimentos que a ofertavam, caracterizados como de resistência, com a qual estão identificados os Colégios Agrícolas e os de Formação de Professores, como registra a memória recente da Educação Profissional no Estado do Paraná. Porém, a partir de 2003, restabelece a política de retomada da oferta pública e gratuita da formação para o trabalho, com uma concepção de ensino e currículo em que o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia constituem os fundamentos sobre os quais os conhecimentos escolares devem ser trabalhados e assegurados, na perspectiva da escola unitária e de uma educação politécnica. O assumir dessa concepção traz, em seu arcabouço, o entendimento de que a educação básica de nível médio, tomada como direito social universal de todo cidadão, é indissociável da formação profissional requerida para acompanhar as mudanças da base técnica e, assim, aponta para além de uma formação como adaptação às demandas do

mercado e do capital e dos padrões da “empregabilidade” ditados pela anunciada “sociedade do conhecimento”.

Diante disso e tendo em vista a relação dialética entre educação e sociedade, o Colégio Agrícola Estadual de Umuarama está inserido em uma Região em que a população do campo em relação a urbana vem sofrendo uma visível inversão ao longo do tempo, onde o êxodo rural a partir da década de 40, após início da industrialização a população urbana se tornou mais numerosa, ocasionado pela expectativa de melhores oportunidades na vida urbana.

No meio rural verifica-se uma concentração maior de pequenos produtores (classe 0-20 ha), com área média de 8,20 ha por propriedade. Essa classe corresponde a 67,4% do total de imóveis do município, porém representa apenas 11% da área total do município. Já, as propriedades maiores que 100 ha representa 67% da área total do município com 8% do número total de propriedades.

Propriedades que são caracterizadas como familiar e manejada com baixa/média tecnologia têm como produtos principais a bovinocultura de corte e leite, café, frutíferas, amora(bicho da seda), mandioca, algodão, milho, frango, feijão e hortaliças. Já, as propriedades grandes, consideradas como empresa rural, adotam predominante a alta tecnologia, tendo como principais produtos a soja, milho, frango, bovinocultura de corte, cana-de-açúcar, recria e leite. Além da ampliação do cultivo da cana-de-açúcar em substituição a diversidade agrícola, principalmente a pecuária.

Tomando por referencia esta perspectiva de êxodo rural e aumento da população (sub) urbana, que é marcado pela precarização das relações de trabalho e de vida, o curso é direcionado principalmente aos filhos de produtores e trabalhadores rurais do campo de diversas regiões, funcionando no período Integral, de segunda à sexta - feira, no período da manhã e tarde e CELEM após horário normal de aula às terças-feira; quando necessário após horário das aulas e nos sábados (reposição/complementação de aulas). Seu horizonte é a socialização critica dos conhecimentos historicamente acumulados e conseqüentemente a promoção de uma escola pública de qualidade para atender aos anseios deste setor da sociedade.

A luta por uma escola pública de qualidade para todos, tem feito parte das reivindicações das classes populares desde a “revolução burguesa brasileira de 1930”, (ROMANELI, 1978). No modelo de sociedade burguesa onde as relações se caracterizam pela livre vontade celebrada por meio de contratos escritos, a escola se configura como indispensável à formação do cidadão, que depende de formação minimamente letrada e o domínio dos princípios da ciência que fundamentam o trabalho, que passa a depender cada vez mais de especialização. No entanto, já estamos no século XXI, e menos da metade dos jovens brasileiros tem acesso a uma educação de qualidade conforme nos aponta Frigotto, (2005,p. 7) “[...] apenas

ao redor de 45% dos jovens brasileiros concluem o ensino médio e, destes, aproximadamente 60% o fazem em situação precária – noturno e / ou supletivos.”

A revolução burguesa brasileira foi marcada, não pela ruptura com a velha ordem social estabelecida, mas sim pelos acordos feitos entre as elites dominantes, que mantiveram os privilégios de classe, promovendo uma grande desigualdade social. Portanto, para pensarmos nosso projeto precisamos entender como o modelo social está expresso na realidade brasileira, no Estado, no Município e na escola.

As características da realidade escolar foram discutidas e analisadas juntas aos alunos, pais, enfim por toda comunidade, partindo da realidade enquanto manifestação do contexto global da sociedade brasileira, chegando novamente a realidade, de acordo com Karl Marx, (1998) enquanto “síntese de múltiplas determinações”, ou seja, “concreto pensado”.

Como resultado dos estudos, foi possível ver que nossa Comunidade Escolar é constituída por trabalhadores assalariados e rurais, quanto comerciantes industriais, pequenos e médios produtores rurais, que historicamente lutam por uma escola pública de qualidade para seus filhos. Identificando-se como pertencentes a uma sociedade que tem como característica marcante as desigualdades e as injustiças sociais, concentração da renda nas mãos de poucas pessoas, enquanto a grande maioria das pessoas, uma classe social mais ampla a qual pertencem, que com seu trabalho mal conseguem manter uma condição digna de vida.

Em consequência disto as escolas públicas estão desestruturadas, e ainda não construíram autonomia para resolver seus problemas. A questão é que as políticas governamentais são voltadas para o setor econômico enquanto as políticas públicas voltadas para a sociedade como um todo, muitas vezes são deixadas de lado. Ao privilegiar a política econômica acentua a desigualdade e a concentração de renda, deixando precarizado todo o aparato de responsabilidade do estado, entre eles a educação, que atendem ao social.

Para que se possa efetivamente realizar um bom trabalho escolar é preciso ter a compreensão do nosso contexto histórico, compreender suas contradições, fundamentalmente os existentes entre o discurso que temos e nossa prática no trabalho docente. Neste sentido, a perspectiva atual da educação escolar é formar um cidadão crítico capaz de entender e intervir em sua realidade, não sendo apenas força de trabalho e massa de manobra no conjunto da sociedade. Para atender tal objetivo a postura pedagógica do professor deve ser sustentada por uma teoria educacional crítica. No dado momento em que vivemos, a escola já superou algumas perspectivas teóricas da educação. Entretanto, algumas posturas pedagógicas ainda são assumidas e fundamentadas nas correntes teóricas que se cristalizaram na sociedade como sendo a proposta que daria conta da educação pública no atual modelo de sociedade.

No caso específico do Brasil, fomos profundamente marcados pelo movimento escolanovista, que via na escola uma instituição capaz de regenerar a sociedade capitalista. É

exatamente neste ponto que mais se expressa as contradições da prática pedagógica, pois o objetivo do educador é ao mesmo tempo superar e reproduzir o modelo de sociedade excludente. Esta questão nos revela que os educadores são comprometidos com uma mudança e com a melhoria da qualidade de ensino, no entanto, falta-lhe fundamentação teórica para sustentar sua prática.

Os professores que atuam no Colégio Agrícola são formados dentro desta mesma perspectiva, e isto faz com que o processo ensino-aprendizagem esteja pautado nos fundamentos hegemônicos da sociedade, ainda que sua condição seja contraditória a esta hegemonia. Parte dos professores principalmente da parte específica do Curso Técnico em Agropecuária, tem cargo efetivo de 20 horas, conseqüentemente desempenham outras atividades gerando insegurança quanto ao exercício do magistério. Outro agravante está relacionado ao pequeno número de professores ministrando aulas de várias disciplinas.

O número reduzido de professores, cria uma realidade diferente também em relação a organização da hora / atividade, que é organizada de maneira que cada professor realiza seus estudos de maneira individualizada sem a possibilidade de discussão com outros professores da área.

Os funcionários, desvalorizados até a implementação do Plano de Cargo e Salário, conseguem ver perspectiva na carreira, onde começam a realizar cursos para qualificação e conseqüentemente cumprir o papel também de educadores dentro do espaço escolar e, avançar na carreira tanto em qualidade quanto em remuneração para sustento de si e da família, há muito que se conseguir para a realização eficaz do cargo, como formação continuada, sempre com intuito de se profissionalizar para o exercício da função e seu comprometimento como agente educador, todavia já vislumbram um horizonte para sua realização profissional educacional.

Como resultado deste contexto, que não é apenas escolar, mas também social, e expressa na escola, há em nossa realidade cotidiana, alunos com dificuldades para respeitar os limites mínimos de convivência, não têm disciplina necessária para o aprendizado de conteúdos sistematizados, recebem uma carga diária muito grande de informações, principalmente dos meios de comunicação de massa. A escola passa a não ser mais reconhecida pelo aluno como espaço onde se aprende e isto acaba causando resistência ao ensino sistematizado e descaso com a escola. Por outro lado, não tem espaço e tempo para reflexão e transformar estas informações em conhecimento, o que sinaliza para a importância da escola como espaço de reflexão, mesmo essa escola estar organizada de forma a sobrecarregar o aluno com muitas informações ao mesmo devido sua organização curricular.

Todos os aspectos até aqui analisados, tem seus reflexos no desempenho escolar, ainda que os dados apresentados no relatório final não sejam alarmantes, do total de

alunos matriculados no ano de 2009, houve 01 (uma) reprova e 01 (uma) desistência, onde o aluno optou por uma vida conjugal e ao trabalho, desenvolvendo interesses para essas duas opções em detrimento ao estudo, por mais esforços que a escola tenha feito junto aos pais e ao próprio aluno; o número de transferidos foi relativo o que pode revelar, entre outras coisas, que o Colégio não está conseguindo atender as expectativas de parte dos alunos que nela se matriculam ou faltando a esses alunos uma perspectiva em relação a educação profissional, que o Colégio Agrícola não as realiza naquele momento optando assim por outro seguimento de educação.

A análise dos casos dos alunos que não concluíram com êxito o ano letivo de 2009, indica para a organização principalmente do tempo escolar, que se caracteriza por ter uma carga horária bastante intensa, (50 horas/aula semanais) – a partir de 2010 implementação gradual de outra matriz com 40 horas/aula semanais - em período integral, além do esforço intelectual com os conteúdos curriculares, o desgaste físico também é muito grande, com alguns agravantes relacionados ao custo com transporte, que é feito pela empresa de transporte coletivo particular do município, o que em alguns casos torna-se inviável para a família conseguir pagar este transporte, outros casos de alunos que residem em outros municípios, além dos gastos com transporte. Através de levantamentos identificou-se que parte dos casos de transferência foram devidos a falta de recursos dos alunos para pagarem transportes, alguns utilizam diariamente até quatro passagens, chegando a gastar valor considerável, levando em conta a realidade econômicas das famílias em questão, devido a falta de internato, entre outros.

O tempo e o espaço escolar é outro aspecto que precisa ser analisado com rigor, tendo em vista a especificidade do curso ofertado, em breve síntese está organizado por série e o currículo por disciplina. Sendo a matriz composta pelas disciplinas da Base Nacional Comum - BNC e da Parte Específica. Os estudos de Filosofia e Sociologia cada um constituem uma disciplina específica, sendo sua obrigatoriedade nas três séries do curso até 2011, conforme DELIBERAÇÃO do Conselho Estadual de Educação e resolução do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica Nº 1, DE 15 de maio de 2009. Os estudos sobre o Estado do Paraná estão inseridos na disciplina de história. Desenvolve ainda, projetos de produção agropecuária vinculados aos conteúdos curriculares tendo como função servir como unidade didática para as aulas práticas.

Se somarmos as disciplinas da parte específica e as da base nacional comum teremos uma matriz curricular composta por 28 (vinte e oito) disciplinas (matriz velha, constituindo-se em problema devido a grande fragmentação além de uma carga horária semanal de 50 horas aula o que é muito extensa.

Para efetivação do trabalho pedagógico a escola dispõe de recursos físicos como salas, bem como a UDP (unidade didático produtiva) para as aulas práticas. Entretanto, a

base material se constitui no ponto crítico do Colégio Agrícola Estadual de Umuarama, e precisam ser equacionadas, pois dela deriva grande parte dos problemas enfrentados.

Os problemas enfrentados pela comunidade escolar do Colégio Agrícola Estadual de Umuarama estão entrelaçados a este contexto apresentado, para facilitar a compreensão listaremos a seguir os problemas separados por tópicos.

- Falta de professores no início do ano letivo;
- Falta de conhecimento do que compete ao representante de turma;
- Falta de participação dos alunos representantes de sala, na contribuição ao trabalho pedagógico, por parte de alguns professores e equipe pedagógica;
- Ainda prevalece o caráter classificatório sobre a aprendizagem, não tendo claro os critérios e instrumentos de avaliação e a recuperação de estudos;
- Falta de clareza da importância e dos registros no livro registro de classe;
- O Colégio ainda não foi contemplado com a biblioteca do professor;
- Falta de espaço físico apropriado para aulas de arte;
- O Colégio não dispõe de laboratório de química, física, biologia, matemática e solos;
- Número pequeno de professores participantes na formação continuada;
- Refletir sobre alunos com falta de afinidade com o curso, carga horária extensa e custo com o transporte, que acabam por pedir transferência;
- Dificuldade para selecionar alunos com perfil uma vez que, os primeiros critérios, são os definidos pela Secretaria de Estado da Educação e não são especificamente ao curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio;
- Dificuldade para cumprimento do calendário escolar quando há faltas sem aviso prévio por parte do professor(reposição de aulas);
- Falta de espaço físico e infra-estrutura para UDP;
- Problemas com indisciplina por falta de didática dos professores, transferência de responsabilidade da família para a escola;
- Rotatividade, professor/ ra e agentes educacionais devido a contratos precários;
- Falta de profissionais para desenvolvimento do processo educacional (vigias, inspetores de ensino, auxiliar de cozinha, limpeza, profissional para laboratórios);
- Pouca frequência dos alunos na biblioteca por espaço físico inadequado;
- Disponibilidade insuficiente de espaço e materiais para realização das aulas de agroindústria;
- Integração entre os docentes das disciplinas Base Nacional Comum - BNC e ESPECIFICAS, principalmente entre os conteúdos no que tange ao trabalho integrado;
- Limitação dos pais no acompanhamento do processo ensino aprendizagem dos alunos;
- Limitação no chamamento e na participação de todos/as envolvidos no processo ensino aprendizagem no direcionamento das ações do colégio e no seu planejamento;

- Limitação na relação e inteiração na execução do trabalho pedagógico (professores-funcionários-pedagogos-alunos-direções-pais)
- Falta de identidade de alguns profissionais com a educação profissional do campo (curso técnico em agropecuária);
- Espaço para alunos, após aulas de campo e educação física, banhar-se e assim adentrar a sala de aula de forma confortável;
- Delimitação e de forma legal pela SEED, da área a que as instituições presentes no espaço da fazenda têm direito, seguindo a finalidade educacional de cada Instituição;
- Problemas quanto a Gestão Escolar no que é especificamente o papel de cada um, ou seja, sua sistematização, traçando assim perspectivas a médio e longo prazo para instituição como um todo.

5 . MARCO CONCEITUAL

-Fundamentos teóricos:

A educação é uma ação própria do ser humano, portanto para entender a educação é preciso conhecer o ser, ou, de acordo com Saviani (2003) conhecer a natureza humana. Sabe-se que diferente dos animais que se adaptam a natureza, o homem para sobreviver transforma a natureza tirando dela seu sustento, e ainda ao transformar a natureza transforma a si mesmo. *O homem* é um ser social. Fora deste meio, sequer é capaz de sobreviver, desta forma ele “se constitui enquanto ser humano a partir das relações que se estabelece com a natureza no meio social” (trabalho), no qual está inserido. Portanto, para viver o homem precisa produzir a cada dia sua existência por meio do trabalho intencional, ou seja, pela antecipação do seu resultado final.

Portanto, o que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens, e aí se inclui os próprios homens. Podemos, pois dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. (SAVIANI, 2003, p.13)

Se a natureza humana é produzida por meio do trabalho, e a educação sendo parte desta natureza, esta, é também uma forma de trabalho e de produção e reprodução da vida. Este trabalho (educacional) diz respeito a selecionar quais são os elementos que constituem os valores fundamentais a formação do ser humano em um dado momento histórico.

Estes elementos segundo Silva (2004), são definidos no “currículo”, entendido como o percurso ou o caminho no qual o aluno precisa percorrer, tendo por finalidade, a partir dos conteúdos selecionados para compor este currículo, formar os seres humanos de acordo com a perspectiva da sociedade. E ainda, quais são os métodos e procedimentos para a concretização da educação no processo ensino aprendizagem. Entendidos como as ações intencionais por meio dos quais os sujeitos entram em contato com o objeto de conhecimento mediado pelo professor.

Desta forma somos humanizados na medida em que tomamos parte da produção humana, tanto material, quanto intelectual que é o conhecimento, acumulado historicamente por meio da cultura. Sendo assim, entendemos que a educação escolar é um processo por meio do qual se tenta socializar estes conhecimentos historicamente acumulado, considerando importantes aos seres humanos, em um dado momento, de acordo com os

interesses de classes, das relações de gênero e das diferentes etnias, dentro dos limites materiais para sua realização, portanto, material e histórico numa relação dialética em que, ao interagir com o meio social e natural, o que entendemos por trabalho, o homem modifica a natureza, a natureza do trabalho e sua própria natureza.

O que entendemos por desenvolvimento humano pode ser sintetizado, no domínio dos instrumentos físicos e psicológicos “do e para o trabalho”. Segundo Vygotsky (1998) o sentido da educação escolar é portanto, o de adiantar este desenvolvimento. Para este autor, o aluno chega à escola com um conjunto de conhecimentos de sua realidade que adquire na prática, no convívio social, no entanto, este conhecimento é espontâneo desarticulado, ou seja, senso comum. Já na escola vai encontrar estes conhecimentos organizados sistematizados em disciplinas e que será mediado pelo professor, para que o aluno possa transformar estes conhecimentos de senso comum em conhecimento científico.

Para que ocorra a passagem do senso comum ao conhecimento científico à escola deve dispor de recursos didáticos (biblioteca, laboratórios, etc.), bem como, de metodologias e métodos que cada uma das disciplinas utiliza para seleção, e organização da porção de conhecimento recorte da totalidade da prática social a ser ensinado e aprendido.

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Estadual e a Proposta Pedagógica Curricular passam a ter importância fundamental porque nelas estão sistematizados os fundamentos que norteiam o trabalho pedagógico.

É importante lembrar que, no contexto atual a escola pública tem se configurado como um dos únicos espaços de acesso ao saber elaborado, e ainda, um importante instrumento nas lutas de classe nas mãos da massa da população, desde que as instituições educacionais consigam transmitir os conceitos científicos elaborados pela humanidade.

A interação professor-aluno tem implicações na aprendizagem com base em vários enfoques, entre eles os sócio-históricos e afetivos envolvidos pela pedagogia dialógica de Paulo Freire, onde o educador e educando desenvolvem uma relação de respeito horizontal. A relação professor-aluno deve basear no diálogo. Segundo Paulo Freire (1967, p. 66) “[...] o diálogo é uma relação horizontal. Nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança”. Portanto onde há interação e diálogo entre professor aluno o respeito predomina em detrimento a indisciplina.

Portanto a educação não é uma atividade neutra, e sim pautada em uma intencionalidade, que neste caso pressupõe a formação de seres humanos capazes de se reconhecerem no e dentro do contexto ao qual estão inseridos e lutarem pela democratização do acesso aos bens produzidos historicamente através do diálogo, rompendo com os mecanismos de exclusão do modelo de sociedade vigente, buscando a construção de novas formas de relação social.

Buscando a construção desta nova relação e organização social, o professor deve buscar na prática social e produtiva os conteúdos, os motivos para o qual se ensina, nem prática pela prática, nem conteúdo pelo conteúdo. Numa relação dialética um deve dar sentido ao outro, para isto a mediação do professor adquire fundamental importância, o que pressupõe, como aponta Saviani (2002), uma desigualdade entre professor e aluno no ponto de partida e uma igualdade no ponto de chegada, que se sintetiza na elaboração consciente da prática. Portanto, a relação professor aluno pressupõe uma desigualdade no ponto de partida e uma igualdade no ponto de chegada.

Neste sentido a educação, como meio de crescimento pessoal, deve levar o indivíduo ao conhecimento e pleno uso dos seus direitos de cidadania, e para atingir uma vida mais fácil e mais digna, deve se tornar apto a uma profissão honrosa e melhor remunerada, como condições de enobrecimento de sua personalidade.

A esse respeito Frigotto diz :

“ a tarefa do educador, não se restringe ao especializado num campo de conhecimento. Esta é uma dimensão necessária e crucial, mas insuficiente para construção de novas relações sociais, dentre elas novas relações e práticas educativas. Do educador exige-se um posicionamento ético-político, tanto na crítica às relações sociais vigentes, de desigualdade e exclusão, quanto para o engajamento ético-político nas construção de novas relações sociais e práticas educativas”(PARANÁ/FEV/2009).

As transformações sociais que vêm ocorrendo neste final de século passam por mudanças profundas no mundo do trabalho. Os desafios estão relacionados aos avanços tecnológicos e às novas expectativas das empresas que agora enfrentam mercados globalizados, extremamente competitivos. Com isso, surgem também novas exigências em relação ao desempenho dos profissionais.

No modelo adotado pela nova legislação brasileira, a educação profissional foi concebida como complementar a formação geral. Isso significa reconhecer que para enfrentar os desafios de hoje o profissional precisa cumprir duas exigências fundamentais: ter uma sólida formação geral e uma boa educação profissional.

Os profissionais que vão enfrentar o mundo pós-moderno devem estar preparados para o trabalho e para o exercício da cidadania. Não mais a formação para um posto de trabalho que prepare o homem "executor de tarefas". A nova educação profissional forma o trabalhador com conhecimento para atuar, no mundo das tecnologias avançadas, que devem estar a serviço da melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e não o contrário.

O objetivo é um curso que garantam perspectivas de trabalho para os jovens “resistirem” ao mercado. Que atendam, também, aos profissionais que já estão no mercado, mas sentem falta de uma melhor qualificação para exercerem suas atividades diante da possibilidade eminente de exclusão. A Educação Profissional funciona, ainda, como um instrumento eficaz na reinserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Essa formação profissional não se esgota na conquista de um certificado ou diploma. A nova política estabelece a educação continuada, permanente, como forma de atualizar, especializar e aperfeiçoar jovens e adultos em seus conhecimentos tecnológicos.

Pautados nestes princípios, o Estabelecimento de Ensino oferecerá aos seus alunos, serviços educacionais com base nos seguintes princípios, emanados das Constituições Federal e Estadual e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- gratuidade do ensino, com isenção de taxas e contribuições, com exceção àquelas permitidas pelos órgãos competentes;
- valorização dos profissionais do ensino;
- garantia de uma educação básica unitária.

A percepção crítica da realidade pressupõe o desenvolvimento da consciência da historicidade do sujeito, da compreensão de que a formação deste se dá a partir do confronto dialético com os outros processos, ou com elementos de outros processos.

Em todo o processo deverão ocorrer ações pedagógicas, parte integrante do ensino agrícola e da pecuária, procurando responder à necessidade de complementar a formação do indivíduo com matérias que permitam a compreensão, não só da organização e funcionamento econômico das unidades de produção agropecuária, também da realidade econômica, social e política do campo.

Em função da aptidão agropecuária regional faz-se necessário à inserção de práticas consolidadas do contexto tecnológico da produção agrícola e pecuária. A implantação de práticas conservacionistas, recuperacionais e equilíbrio ambiental, inseridos no processo da cadeia produtiva devem ser trabalhados de maneira sustentável visando melhoria na qualidade de vida e respeito à harmonia entre os ecossistemas.

O Curso Técnico em Agropecuária busca a formação de profissionais capacitados para a atuação específica em auxílio a produtores rurais, evitando o êxodo rural, aumentando a produtividade, reduzindo custos, visando melhoria econômico-financeira e qualidade de vida desses proprietários rurais. Sendo que o desenvolvimento do curso depende

da parceria e incentivo da parcela da sociedade que defende os interesses da classe trabalhadora.

A interdisciplinaridade busca inserir ao “mundo do trabalho” um profissional, capaz de executar ações práticas com embasamento teórico e senso crítico. Necessita-se o conhecimento de princípios conceituais básicos de cada disciplina para relacioná-los dando sustentabilidade para aplicação teórico-prática, desenvolvendo as disciplinas técnicas específicas. Não se busca um profissional com aprendizagem só manual ou só intelectual, mas o profissional que abrange o trabalho manual e intelectual que desenvolva e seja capaz de realizar e pensar nas suas ações específicas manuais e intelectuais, conduzindo o conhecimento adquirido para a resolução de problemas enfrentados no cotidiano, pautados em princípios de igualdade, ética, moral e justiça social. Assim o “estágio não obrigatório” deve estar inserido neste contexto, estar fundamentado nos conteúdos curriculares, de modo que o educando possa identificar e compreender a partir do contato com o mercado de trabalho, “o mundo do trabalho” e as contradições sociais de modo geral.

Para atender a tais proposições os professores das disciplinas básicas e específicas tendem a discutir os conteúdos a serem trabalhados, sendo que cada qual necessita ter ciência dos conteúdos comuns, a serem trabalhados simultaneamente e de forma sincronizada. Diante do exposto, a formação integrada do aluno depende da somatória dos esforços da comunidade escolar, visando criar uma identidade própria do curso técnico por meio desse modelo, cuja finalidade seja atender necessidades específicas da região num contexto social amplo.

Considerando este princípio, a educação escolar deve atender as necessidades daqueles que a frequentam e dela dependem no seu processo de humanização. Neste sentido a democratização das relações de poder dentro da escola é essencial, sendo que cada membro da comunidade escolar entenda a importância de seu trabalho no processo, e cumpra suas atribuições conforme documentos regimentais bem como se possa contar com as diversas instâncias colegiadas que compõe o Conselho Escolar, de acordo com seus respectivos “Estatutos”.

De modo geral, o Conselho Escolar é a instância maior dentro da escola, tem por função implementar e avaliar o PPP e, é composto por representantes das demais instâncias colegiadas. A APMF, que é uma destas instâncias, está vinculada à gestão dos recursos financeiros, atendimento de necessidades pedagógicas, estruturação da UDP, o Conselho de Classe tem a função de avaliar, planejar e replanejar as ações pedagógicas voltadas ao cumprimento da ementa do curso e o andamento do processo ensino-aprendizagem no coletivo do estabelecimento e decide em consenso conforme os indicadores apresentados por cada professor sobre o desempenho escolar dos alunos, o Grêmio Estudantil, que tem suas atividades

voltadas ao desenvolvimento de ações voltadas aos interesses estudantis e interligadas com as questões da realidade social, o aluno representante de turma que é o interlocutor entre os alunos e aos Gestores Escolar.

Pela lei, os pais devem participar da gestão escolar através de seus representantes nos conselhos escolares, com os demais representantes dos educadores, educandos, funcionários e a direção escolar. Porém a participação dos pais não deve ser somente de ir ver “notas”; quando vem, mas que possam influir nas decisões, cobrar resultados e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Não no sentido de responsabilizar pela educação no lugar do Estado, mas no debate, discussão de temas relevantes para melhoria das condições de ensino e conseqüentemente do nível de aprendizagem.

A horizontalização das relações de poder é um dos pontos fundamentais para construção de uma educação que atenda a todos e com qualidade, entretanto, ainda temos uma grande defasagem em nosso sistema educacional tanto, no sentido do acesso, quanto no da permanência no sistema regular de ensino. Um grande número de adolescentes e jovens, por conta de diversos fatores, como a necessidade de trabalhar, e diante disso não conseguem ter acesso à educação, e dos que conseguem muitos ainda fracassam.

Este fracasso, segundo Authusser (1970), deve-se ao fato de que a escola está organizada de maneira a atender aos interesses da classe dominante e não dos trabalhadores, voltada e organizada pela classe dominante para formar o modelo de homem capaz de produzir e reproduzir os valores burgueses na atual sociedade capitalista. Portanto, para que a escola pública possa atender aos interesses dos filhos da classe trabalhadora, precisa construir sua autonomia pedagógica, elaborando coletivamente seu projeto educacional, “[...] sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem esta iniciativa, mas que lhe deem as condições de levá-las à diante”. (VEIGA, 2004, p.12)

Para que este projeto seja efetivado os princípios que norteiam a prática pedagógica, “o trabalho como princípio educativo”, precisa fazer parte das discussões constantes de como este tem influenciado na formação contínua dos professores, ou seja, é o trabalho como um princípio de cidadania, no sentido de participação legítima nos benefícios da riqueza social, que se distingue das formas históricas e alienantes, de exploração do trabalhador, presentes na produção capitalista e ainda, a partir dos estudos e reflexões como este pode estar contribuindo na dinâmica de sala de aula.

Uma prática pedagógica crítica necessita de um profissional que desafia sua própria formação, que exercita a tomada de posicionamentos na escolha e na construção da sua concepção de educação. (SOUZA, 2006, p.24)

Tomar o “trabalho” como princípio educativo significa superar a visão fragmentária do “trabalho alienado” do modo de produção capitalista e identificá-lo a produção

imediate da vida na sua totalidade; significa como diz Frigotto, Ciavatta e Ramos no Prefácio do livro “Ensino Médio Integrado Concepção e contradições”: “ se busca focar o trabalho como principio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”. Partindo deste princípio o trabalho pedagógico adquire uma nova dimensão, que é a de um todo articulado sendo mais que a soma das partes. Se o trabalho no atual modelo de sociedade precisa ser “alienado”, em ultima instância, trocado por dinheiro para que seja efetivo, em um sistema educacional que atende aos interesses hegemônicos da sociedade entende que o conhecimento só é efetivo quando, traduzido, trocado, “alienado” em nota. Neste sentido, se faz necessário uma reflexão sobre a perspectiva de avaliação que pretendemos adotar.

A Educação do Campo é resultado de política pública que tem o Estado como o organizador e executor da mesma, até as ações na vertente popular, tendo os movimentos sociais como impulsionadores das políticas públicas e das ações educacionais no campo. Tratar da Educação do Campo é propiciar a reflexão sobre aspectos daquela realidade, muitas vezes esquecidos nas escolas em geral e quase sempre deixados à margem nas escolas localizadas no espaço urbano. Não se trata de uma reflexão sobre a dicotomia campo e cidade; é uma reflexão sobre a educação necessária à classe trabalhadora e sobre as desigualdades que caracterizam o país; trata-se de um espaço para reflexões sobre interdisciplinaridade, uma vez que o próprio campo caracteriza-se por uma diversidade cultural, social e econômica. O Campo é o lugar da pequena produção, do sem-terra, do posseiro, do indígena, do quilombola, dos antigos por barragens, dos arrendatários, meeiros, porcenteiros, bóias-frias. Cada uma das atividades gera experiência e pratica social diversificada, cuja identidade pode ser construída no espaço comunicativo do movimento social e na gestão coletiva da vida na escola.(SOUZA,2006 P.23 e 24)

Todas as nossas ações são pautadas em avaliações que realizamos quando nos deparamos com as diferentes situações, como uma espécie de reflexo levando em consideração nossos valores e conceitos referentes a dada situação. Portanto, a avaliação dentro da instituição escolar já existe como uma prática constante. O que ainda se faz necessário, é a sistematização destas avaliações a luz dos referenciais teóricos que nos servem de base.

Dentro desta perspectiva de educação até aqui apontadas é de fundamental importância uma reflexão sobre a avaliação e a necessidade, como aponta Vasconcelos (2003, p.12), “[...] de superação da avaliação seletiva [...] refletir sobre os possíveis equívocos que se incorre na tentativa de mudar as ações tradicionais.” No entanto, as reflexões precisam se transformar constantemente em ações e mecanismo para avaliação emancipatória, mesmo correndo o risco de possíveis erros.

A avaliação não é, portanto, uma atividade que se realiza no final do processo, ao contrário, ela é uma atividade dinâmica e permanente que acontece do início ao fim de todas as atividades humanas. Desta forma o que precisa ser feito é o estabelecimento de critérios e mecanismos que mantenham o foco nas atividades direcionadas ao atendimento dos objetivos estabelecidos, neste caso, para que ocorra a aprendizagem. A prática avaliativa deve estar pautada então, na escolha de atividades que além de mensurar a aprendizagem, possibilite atingir os objetivos traçados.

O processo ensino aprendizagem será avaliado, portanto, em todos os momentos de escolha e definição, de objetos e objetivos de ensino tanto nas atividades individuais, quanto nas coletivas, envolvendo o planejamento por parte dos professores e também os planejados e realizados coletivamente pelas diferentes instâncias da comunidade escolar do Colégio Agrícola.

A avaliação tida como um dos aspectos de ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como, diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

6 . MARCO OPERACIONAL

Nem todos no espaço escolar estão preparados para a gestão democrática, no sentido de ouvir e participar. A organização do trabalho pedagógico no colégio agrícola, ainda esta aperfeiçoando-se na construção de uma gestão democrática e participativa, onde procura-se o envolvimento de todo colegiado no processo pedagógico, onde cada seguimento tem sua especificidade e assim conjuntamente e no respeito as normas, conforme regimento escolar, para construção de uma escola democrática.

Instigar o envolvimento cada vez mais dos representantes da APMF e do GRÊMIO Estudantil, pois é de fundamental importância que os pais ou responsáveis, bem como os educandos ocupem seu lugar nas Instâncias Colegiadas, e se reconheçam como co-responsáveis para construção de uma escola pública e democrática, que promova um ensino de qualidade. Neste sentido, todos os profissionais, bem como, pais e alunos tem suas atribuições devidamente regimentada e direito a participação nestas instâncias, por seguimento no Conselho Escolar de acordo com os respectivos estatutos. Assim é fundamental a participação de toda a comunidade escolar, participando das decisões inerentes ao processo pedagógico desenvolvidos pelo colégio, pois a educação é um processo que envolve a totalidade do ser humano e a escola é preparada para as questões que envolve os conhecimentos científicos acumulados historicamente.

Ao Conselho Escolar, instância maior da comunidade escolar que avalia e delibera sobre todos os assuntos referente a escola, gestão democrática, proposta pedagógica, entre outras funções, deverá acompanhar constantemente todas as atividades relativas ao bom cumprimento da função da escola.

Especificamente terá a incumbência de elaborar calendário escolar e de reuniões, bimestrais e semestrais, além de convocações extraordinárias sempre que necessário para tomada de decisões enquanto instâncias deliberativas do Colégio Agrícola.

Realizar avaliação institucional de desempenho dos Docentes, Pedagogos e Funcionários, tomando por critério as atribuições devidamente regimentada de cada função.

Construir coletivamente a partir do Regimento Escolar o Regulamento Interno para normatizar a utilização dos equipamentos pedagógicos e do espaço escolar.

O Conselho de Classe, tem o sentido de acompanhamento de todo processo da avaliação, analisando e debatendo todos os componentes da aprendizagem dos alunos. Como instrumento democrático na instituição escolar, o Conselho de Classe garante o aperfeiçoamento do processo da avaliação, tanto em seus resultados sociais como pedagógicos. O Conselho de Classe se reunirá bimestralmente, uma vez que esta é a periodicidade das avaliações. Deverá ampliar seus mecanismos democráticos abrindo participação aos

representantes de pais, como já vem ocorrendo com os dos educandos, para avaliar e participar das decisões sobre o processo de ensino e aprendizagem. Realizar além do pré-conselho o pós-conselho com a finalidade de socializar as decisões apontadas. Analisar e refletir sobre a recuperação de estudos, que no Colégio é definida como concomitante ao processo ensino-aprendizagem. O CEE na Deliberação nº007/99 diz: O inciso V, do artigo 24 da Lei nº 9394/96, que estabelece a organização da educação básica, a Lei define que a avaliação não pode ser aceita como um simples instrumento classificatório, mas de acompanhamento da construção da aprendizagem, indicando um processo contínuo e cumulativo, que venha incorporar todos os resultados obtidos durante o período letivo. Aponta a possibilidade de aceleração de estudos para alunos que apresentam atraso escolar, situação que merece projeto próprio, com aprovação específica deste Conselho Estadual de Educação, para que não se corram riscos da simplificação de estudos, perdendo-se a qualidade de ensino para a quantidade de alunos aprovados. Possibilita, ainda a Lei, os avanços nos cursos e nas séries e mantém a obrigatoriedade dos estudos de recuperação, de preferência paralela ao período letivo, situações que devem merecer de cada instituição de ensino um rigoroso programa, capaz de promover a valorização real dos alunos nelas envolvidos. É nesse sentido que a aprendizagem como um processo contínuo, com registros permanentes do aproveitamento escolar, pode se tornar um indicativo seguro para apontar alunos que precisam de recuperação da aprendizagem, antes que o resultado final se concretize. É necessário que a teoria da avaliação e a prática acontecida nas salas de aulas caminhem juntas, para que a prática, ajuizando a teoria, permita avanços tanto no procedimento metodológico da escola, como no programa social da educação, que passa necessariamente pela avaliação, capaz de apontar caminhos para toda construção e reconstrução dos currículos, da atuação dos professores e enfim do conjunto de cada escola.

A APMF, além das atribuições de suporte pedagógico, deverá participar das deliberações sobre a aplicação dos recursos destinados a educação e promover a constante mobilização em busca da autonomia da escola.

Grêmios Estudantis, desenvolver o movimento estudantil promovendo atividades culturais, esportivas, mobilizações e etc. e defender os interesses dos alunos perante a sociedade e exercer sua representatividade no Conselho Escolar.

O Colégio Agrícola Estadual de Umuarama, através do Curso Técnico em Agropecuária em nível Médio Integrado e Integral e outros a serem propostos como, o Curso Técnico Agroindústria, Segurança do Trabalho, Agromensurador e Meio Ambiente, deverá cumprir a responsabilidade de transmitir os conhecimentos historicamente acumulados, promovendo a contextualização tanto dos conhecimentos científicos da Base Nacional Comum e da Parte

Específica entre outros, visando atender os anseios da comunidade através da execução de várias atividades, como a pesquisa e extensão em parceria com vários órgãos seja estadual, municipal ou privado, tais como: UEM, UNIPAR, EMATER, IAPAR, SANEPAR, IAP, SEAB, Prefeituras, Escolas e Colégios da região, Cooperativas e outros.

Mantém ainda, atividades voltadas, à arte, à ciência e a cultura e aos esportes, visando o desenvolvimento da aprendizagem e conhecimento humano com a participação dos alunos nos Jogos Escolares, Projeto FERA, Projeto Com-Ciência e na Semana do Técnico em Agropecuária. Os alunos participam também de projetos agropecuários, que são apresentados no “Show Tecnológico do Arenito Caiuá”, e na “Amostra de Inverno”, “Dia de Campo”, espaços em que são apresentadas pesquisas desenvolvidas pelo IAPAR.

Transformar o Colégio Agrícola em centro de referência de produção agroecológica, bem como, contribuir para a melhoria das condições de vida principalmente dos pequenos produtores da região que são os que se encontram em pior situação é o intuito de todos que compõe os recursos humanos.

Para o estabelecimento ser gerido adequadamente, conforme planejamento de ações/atividades e projetos, a mantenedora deverá garantir os recursos necessários e estes serem utilizados conforme critérios específicos, tendo em vista principalmente as necessidades do processo de ensino e aprendizagem.

Viabilizar junto aos órgãos competentes, espaço físico (setores da Unidade Didático Produtiva, ampliação de salas de aula, laboratórios, ampliação da agroindústria, espaço para docentes, discentes -chuveiros, áreas de descanso e outras-, agentes de apoio e administrativo e Direção Geral e Direções Auxiliares), maquinários e implementos agrícolas para o atendimento das necessidades da Unidade Didático Produtiva.

Quanto a Unidade Didático Produtiva, possui duas finalidades:

- uma é atender a sustentabilidade das atividades voltadas a área da agropecuária e ampliação das mesmas e a manutenção das necessidades do refeitório;
- e a outra é, servir como laboratório para as aulas.

Construir estratégias pedagógicas tais como, planejamento interdisciplinar, visitas técnicas com aulas conjuntas entre Base Nacional Comum e Formação Específica, buscando continuamente a Integração entre formação geral e profissional, através do aprimoramento da relação pedagógica existente entre a Unidade Didático Produtiva, e processo ensino aprendizagem dos conteúdos curriculares. Por meio das seguintes atividades produtivas que são partes integrantes do currículo e não atividades extra-curriculares, que já estão em funcionamento ou em processo de implantação:

a) Mata Ciliar (restauração de área de Preservação Permanente do Rio Pinhalzinho e Reserva Legal);

- b) Viveiro Florestal (produção de espécies nativas em Convênio com o IAP) e na Estufa de Bambu (Convênio SEED/SEMA- produção de mudas de flores e outras espécies exóticas);
- c) Fruticultura (citros / figo / abacaxi / uva / acerola /goiaba / manga e café consorciado com cocô - sistema agroecológico);
- d) Horticultura Orgânica e Convencional;
- e) Plantas Medicinais;
- f) Projeto de Grandes Culturas (milho, feijão, outros);
- g) Apicultura;
- h) Minhocário;
- i) Avicultura (de postura e de corte);
- j) Bovinocultura de Leite;
- l) Caprinocultura (leite e corte);
- m) Ovinocultura;
- n) Suinocultura;
- o) Psicultura;
- p) Avicultura pequeno porte (Codorna);
- q) Hidroponia.

É importante salientar que as atividades da Unidade Didático Produtiva, fazem parte da Agenda 21 do Colégio e, que os objetivos são: respeitar os princípios de gestão de recursos naturais; adotar sistemas de gerenciamento de processos que não desencadeiem problemas ambientais, mas que considere o equilíbrio entre os fatores químicos, físicos e biológicos do meio ambiente e equilibrar os conflitos, respeitando o conhecimento tradicional de cada nação quanto a forma e a relação que estabelecem com o meio ambiente, valorizando e utilizando na construção de novos saberes sobre a questão ambiental.

Conceber trabalho como principio educativo pressupõe oferecer subsídios, a partir das diferentes disciplinas, para se analisar as relações e contradições sociais, as quais se explicam a partir das relações de trabalho. Isto implica em oferecer instrumentos conceituais ao aluno para analisar as relações de produção, de dominação, bem como as possibilidades de emancipação do sujeito a partir do trabalho.

Formar para o mundo do trabalho, portanto, requer o acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade, a fim de possibilitar ao futuro trabalhador se apropriar das etapas do processo de forma conceitual e operacional. Isto implica em ir para além de uma formação técnica que secundariza o conhecimento, necessário para se compreender o processo de produção em sua totalidade.

Os conhecimentos escolares, portanto, são a via para se analisar esta dimensão contraditória do trabalho, permitindo ao estudante e futuro trabalhador atuar no mundo do trabalho de forma mais autônoma, consciente e crítica.

Para tanto, o acesso aos conhecimentos universais possibilita ao aluno estagiário, não somente sua integração nas atividades produtivas, mas a sua participação nela, de forma plena, integrando as práticas aos conhecimentos teóricos que as sustentam.

Nesta perspectiva, o estágio pode e deve permitir ao estagiário que as ações desenvolvidas no ambiente de trabalho sejam trazidas para a escola e vice-versa, relacionando-as aos conhecimentos universais necessários para compreendê-los a partir das relações de trabalho.

Assim cabe ao Professor/a Coordenador/a de Estágio acompanhar as práticas de estágio desenvolvidas pelo aluno, ainda que em via não presencial, para que este possa mediar a natureza do estágio e as contribuições do aluno estagiário com o plano de trabalho docente, de forma que os conhecimentos transmitidos sejam instrumentos para se compreender de que forma tais relações se estabelecem histórica, econômica, política, cultural e socialmente. Cabe ao Professor/a Coordenador/a de Estágio, também, manter os professores das turmas, cujos alunos desenvolvem atividades de estágio, informados sobre as atividades desenvolvidas, de modo que estes possam contribuir para esta relação praxica.

7. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O Projeto Político –Pedagógico deve ser aprovado pelo Conselho Escolar e constantemente submetido a uma rigorosa avaliação de sua prática.

As instâncias colegiadas que compõe o Colégio Agrícola são: o Grêmio Estudantil, o Conselho de Classe, a APMF e o Conselho Escolar. Sendo que estas instâncias semestralmente terão a incumbência de acompanhar o desenvolvimento, bem como, o de realizar a avaliação do Projeto Político-Pedagógico da escola, com a finalidade de modificar o que se fizer necessário em termos dos interesses e necessidades da comunidade escolar.

8. REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologias e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Editorial Presença / Martins Fontes. 1970.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. et al. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, Volume 1, 1988.
- ROMANELLI, Altaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. RJ: Vozes, 1978.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidades; uma introdução as teorias do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: tórias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 35 ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2002.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8 ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2003.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças – por uma práxis transformadora**. 5 ed. São Paulo: Libertad, 2003.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. et al. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 17 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004, p. 11-35.
- BRASIL, MEC/CNE/CEB Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio. MINUTA – 26 de maio de 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ensino_medio_inovador.pdf, acessado em 07/07/2009.
- PARANÁ, Departamento de Educação e Trabalho - Frigotto, (2008:31) disponível em: [http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/File/sem_ped_fev_2009_minuta\(2\).doc](http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/File/sem_ped_fev_2009_minuta(2).doc). Acessado em 07/07/2009.
- SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- PARANÁ – CEE, DELIBERAÇÃO N.º 007/99 - CÂMARAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO. **Normas Gerais para Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em Nível do Ensino Fundamental e Médio**. APROVADO EM 09/04/99.

9. Anexos**9.1. Proposta Pedagógica Curricular:****9.2. Regimento Escolar:****9.3. Estatutos:****9.3.1. APMF****9.3.2. Conselho Escolar****9.3.3. Grêmio Estudantil****9.4. Plano de Ação do Colégio :**